



Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

ATA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO  
PRIMEIRO PERÍODO DA SEGUNDA SESSÃO  
LEGISLATIVA DA DÉCIMA NONA LEGISLATURA.

No terceiro dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém - CMB sob a presidência do vereador Augusto Santos. Este solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico. Em seguida, o presidente abriu a sessão. Iniciado o Horário do Expediente, pronunciaram-se os vereadores inscritos. Juá Belém relevou a atuação do governador Hélder Barbalho no enfrentamento aos problemas existentes no estado, citando entre estes, além da pandemia, o recente acidente que avariou a ponte de Outeiro, prejudicando grandemente a população daquele distrito. Observou que o referido sinistro motivou a realização desta sessão ordinária e da sessão extraordinária que ocorreria depois dela, mostrando a agilidade e o empenho do prefeito Edmilson Rodrigues e do governador do estado em atender as demandas da população de Caratateua. Reconheceu o comprometimento desta Casa para com as necessidades dos moradores de Outeiro, atendendo à convocação da Prefeitura Municipal de Belém - PMB para discutir e aprovar o projeto de lei que estabelece um auxílio emergencial para os trabalhadores da localidade mais prejudicados com o acidente. Lembrou as inúmeras vezes em que vários membros deste parlamento subiram à tribuna para falar sobre as dificuldades vividas pelos habitantes da ilha, notadamente em relação ao transporte público deficiente que serve o distrito. A interdição da ponte dificultou ainda mais o deslocamento dessas pessoas para trabalhar ou estudar em Belém, enfatizou. Solidarizou-se ao povo de Caratateua, afirmando que esta Casa tem acompanhado de perto o problema, disponibilizando-se a contribuir para solucioná-lo o mais breve possível, e aprovaria a criação do auxílio emergencial em benefício das categorias mais atingidas. Relatou atuar diuturnamente na localidade e não apenas no período de campanha eleitoral, auxiliando as pessoas e testemunhando de perto as dificuldades enfrentadas por elas em relação ao transporte público, ao saneamento e à falta de creches. Agradeceu ao prefeito e ao governador a atuação em prol daquela comunidade, frisando que não mediram esforços e foram rápidos em atender as necessidades daquele povo que tanto precisava. Pablo Farah desejou um excelente trabalho à gestão municipal, que contaria neste ano com um orçamento próprio, tendo maior liberdade de ação. Este parlamento fizera a sua parte, salientou, aprovando a contratação de um empréstimo pela PMB para atuar no município. Doravante, era imperativo agir conjuntamente contra a fome e o desemprego, que assolavam nossa capital, o estado e todo o país, apontou. Deveriam ser feitos investimentos para melhorar o saneamento básico de Belém, um dos piores dentre as capitais do país, destacou. Subia à tribuna não apenas para parabenizar ou colocar-se à disposição, mas também para cobrar o melhor da atuação de cada vereador e do Executivo, esclareceu. Elogiou o empenho da PMB e do presidente da CMB, vereador Zeca Pirão, permitindo que o projeto criando o auxílio emergencial em benefício da população de Outeiro pudesse ser colocado em discussão e votação, sendo aprovado ainda neste dia, como certamente ocorreria, estipulou. A presença de turistas na ilha diminuiu muito após o acidente, mas as obras de recuperação da ponte já estavam em andamento e em trinta dias seria possível o acesso de pedestres, ciclistas e motociclistas àquela localidade, previu, e em três meses ou menos seria restabelecido o fluxo de veículos automotivos graças ao esforço do governador Hélder Barbalho. O auxílio emergencial a ser aprovado por este parlamento minoraria o sofrimento das famílias de Outeiro que foram privadas de sua fonte de renda, sobrelevou. Esta Casa era solidária à população do distrito, asseverou, pois muitos vereadores deixaram o recesso parlamentar para aprovar o projeto e permitir às pessoas obter rapidamente esse benefício. O auxílio seria concedido durante seis meses, mas poderia ser prorrogado por mais dois meses se a obra de recuperação da ponte não fosse concluída, informou. Sugeriu a retomada da linha fluvial entre Belém, Icoaraci e Caratateua, ressaltando ser um meio prático e mais barato de deslocamento, melhorando o transporte público. Exortou seus pares a agir para que


fosse realizada a licitação do sistema de transporte público de Belém. Em aparte, manifestou-se o vereador Matheus Cavalcante. Igor Andrade lembrou que a ponte de Outeiro fora construída ainda na gestão do então governador e atual senador Jáder Barbalho. Caracterizou-a como uma obra sólida e bem realizada, especulando que talvez por esse motivo não tivesse caído ao ter um de seus pilares atingido por uma balsa, fazendo-se necessário, porém, interditá-la. Grande foi o impacto dessa interdição sobre a população da ilha, mas o governador Hélder Barbalho e o prefeito Edmilson Rodrigues foram céleres em adotar medidas para amenizar a situação, observou. Poucas horas depois do acidente, foram disponibilizados um *ferry boat* para transportar a população e balsas para a travessia de veículos, acrescentou. A PMB fez o que podia fazer de imediato e o governo estadual forneceu balsas e barcos, atuando também o Departamento de Trânsito do Estado – Detran, a Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana – Semob, a Guarda Municipal de Belém – GMB, a Polícia Militar do Estado do Pará – PMPA, a Defesa Civil de Belém, a Defesa Civil do estado e o Corpo de Bombeiros Militar do Pará – CBMPA, complementou. A atuação conjunta da PMB e do governo do estado trouxe bons resultados, embora o transtorno provocado pela situação continuasse a existir, anuiu. Reportou ter estado, no último sábado, com o governador e o prefeito na ilha, aventando-se então a possibilidade de utilizar outro porto para o fluxo de cargas visando facilitar o provisionamento. Havia a preocupação de evitar o desabastecimento - mantendo-se o fornecimento de água e alimentos para Caratateua - e também permitir o trânsito dos trabalhadores que precisam deslocar-se até o centro de Belém, continuou, existindo a intenção de manter linhas fluviais ligando Outeiro, Icoaraci e Belém superada a crise atual. É impossível sair de Outeiro de carro e chegar ao centro de Belém em cinquenta minutos, afirmou, demorando-se muito mais se o trajeto for feito de ônibus. Entretanto, em cinquenta minutos se faz de barco o percurso de Outeiro até o Ver-o-Peso, de forma mais agradável, aproveitando a paisagem, comparou. Em Caratateua os comerciantes, os barraqueiros da orla e vendedores ambulantes perderam a clientela com o fechamento da ponte e, desse modo, explicitou, a PMB encaminhou a este parlamento um projeto de lei estabelecendo o pagamento de um auxílio emergencial a esses trabalhadores com a intenção de amenizar as dificuldades que viviam. O projeto chegou a esta Casa na segunda-feira anterior, passando por todo o trâmite necessário, e seria votado e aprovado neste dia em sessão extraordinária, anteviu, pois esta Casa não se furtaria a dar sua contribuição. Os vereadores acompanhavam atentamente as ações que estavam sendo realizadas em Outeiro pela PMB e pelo governo estadual, dialogavam com a população a aprovariam o projeto para que as pessoas tivessem logo acesso ao benefício, atestou. Parabenizou os demais parlamentares pela atuação nesta crise. Parabenizou também o governador Hélder Barbalho e a Prefeitura de Belém, pois não mediram esforços em fornecer toda a estrutura possível aos moradores, facilitando e melhorando o transporte na ilha ou permitindo o acesso a ele. Encerrado o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. Pela liderança do PL, Pablo Farah referiu-se aos quatro agentes de segurança pública assassinados por criminosos no Pará no mês anterior. Disse estar em contato com o secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, Ualame Machado, e com o comandante-geral da Polícia Militar do Pará, coronel Dílson Júnior, para dar fim imediato aos ataques contra os policiais. É preciso ter pulso forte, o braço forte do estado, para não permitir a morte de policiais ao defender a sociedade, declarou. O governador Hélder Barbalho agiu corajosamente, recordou, sendo afastados ou presos os policiais envolvidos com milícias. Agora deve haver ação contra o crime organizado para fazer cessar o mais rapidamente possível as agressões aos agentes da segurança pública, advogou. É preciso também investimento nos agentes, acrescentou, dando a eles condição de ter moradia digna e reposição salarial. Expressou ter certeza de que o governador Hélder Barbalho era sensível a essas demandas. O governo estadual investiu muito em logística na segurança pública, obtendo a redução dos índices de criminalidade, mas era hora de proteger os policiais, indicou. Pela liderança do Governo, Allan Pombo divulgou a realização no Manguelinho, no dia anterior, de uma importante plenária do programa Bora Belém, que completava um ano de existência. Disse ter se pronunciado em nome da CMB, na ocasião, externando seu orgulho pelo Bora Belém ter sido o primeiro projeto de lei que ajudou a aprovar, um programa de auxílio emergencial aos que mais precisam. A pandemia afetou não apenas a vida, mas também a economia e a saúde mental das pessoas e essas iniciativas são importantes para permitir a superação dessa conjuntura desfavorável, argumentou. O prefeito Edmilson Rodrigues e o governador Hélder Barbalho participaram do evento e anunciaram um aumento do benefício de 150 para 200 reais para as mães com um filho, de 300 para 350 reais para as mães com dois filhos, de 500 reais para as mães com quatro filhos ou mais, inteirou, anunciando-se também que as mães solo beneficiárias do auxílio federal poderiam acumular as benesses. A transferência de renda é fundamental para enfrentar este momento de crise em que muitas famílias sofrem com a fome, opinou. Devem ser feitos investimentos em obras e na valorização do serviço público, admitiu, havendo inúmeros desafios a enfrentar pela atual gestão municipal, mas a fome é um desafio diário e cotidiano. Manifestou a

certeza da aprovação unânime, neste dia, de mais um projeto importante para Belém: o auxílio emergencial para a população de Outeiro. Contou ter integrado uma comitiva de vereadores, na sexta-feira e no sábado anterior, assumindo um compromisso com o governo estadual e com o prefeito Edmilson Rodrigues, que encaminhou o projeto a esta Casa. Outeiro precisa desse auxílio emergencial para passar por esse momento difícil, pois depende do turismo e, com a dificuldade de acesso, a renda da população caiu, advertiu. Não era possível mensurar os transtornos e as dificuldades que seriam enfrentadas pelos moradores de Outeiro com a interdição da ponte, mas era possível amenizar a crise aprovando-se o auxílio emergencial às pessoas mais atingidas, discorreu. Dali a alguns meses, a CMB, o governador Hélder Barbalho e o prefeito Edmilson Rodrigues estariam juntos inaugurando a nova ponte de Outeiro, imaginou, superando-se mais um momento difícil em nosso município. Pela liderança do PSOL, Fernando Carneiro referiu que o programa Bora Belém, cujo valor fora aumentado, beneficiava em torno de 14 mil famílias. Tratou depois do reajuste da tarifa de ônibus urbano, observando que a majoração do valor da passagem faz com que mais pessoas deixem de usar o transporte público, não resultando em aumento da receita para as empresas. Assim sendo, prosseguiu, é necessário encontrar outra solução para a manutenção do sistema de transporte nas cidades. Cientificou que o custo total do sistema de transporte urbano em nível nacional, por um ano, é da ordem de 69 bilhões de reais, sendo que 63 bilhões desse total, cerca de 90%, são pagos pelos usuários. Por outro lado, o governo federal paga diariamente 3,7 bilhões de reais de juros da dívida pública, notificou. Apontou que a suspensão desse pagamento por vinte dias financiaria o transporte de todas as pessoas no país por um ano. A arrecadação de impostos federais chegou em 2021 ao montante de 1,878 trilhão de reais, representando 17% de aumento real em relação ao ano anterior, já descontada a inflação, noticiou, e a quantia correspondente a vinte dias de arrecadação pagaria o transporte para todas as pessoas no Brasil. Não é preciso criar imposto novo algum, bastando realocar os impostos já existentes, pontificou. O Brasil não é um país pobre, assegurou, é um país onde as pessoas são empobrecidas porque não há divisão de renda. Exemplificou dizendo que se alguém tem um carro ou uma motocicleta, paga o IPVA, mas aqueles que têm lanchas caríssimas e aviões nada pagam. O financiamento do transporte público gratuito é caro, mas pode ser realizado, testificou, revelando que em outros países a maior parte do custo desse sistema é bancada por empresários. Explicou que isso funciona porque permite a redução das despesas decorrentes do transporte automotivo individual, que no Brasil correspondem a 137 bilhões de reais por ano e são resultantes da poluição sonora, poluição do ar e acidentes de trânsito. Recursos para mudar a forma de financiamento do sistema de transporte existem, afirmou, sendo necessário mudar a lógica que o entende como um negócio. Advertiu que, desde 2015, através de uma emenda constitucional de autoria da deputada federal Luiza Erundina, o transporte está inscrito como direito social - equiparado à educação e à saúde - e deve ser tratado como tal em âmbito local, estadual e federal. Em aparte, manifestou-se o vereador Pablo Farah. Encerrado o Horário de Liderança, o presidente Augusto Santos solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico para verificação de quórum. Havendo quórum, iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia. Foram então colocadas em votação e aprovadas por unanimidade as atas das sessões ordinárias 47ª, 57ª, 58ª, 59ª, 60ª, 61ª, 62ª, 64ª, 65ª e 66ª e as atas das sessões extraordinárias 09ª, 10ª e 11ª, sendo todas do 2º Período da 1ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura. Em seguida, o presidente leu Questão de Ordem de autoria do Colégio de Líderes solicitando a inclusão do projeto de lei constante no Processo nº 001/2022 na pauta da Primeira Parte da Ordem do Dia desta sessão, a dispensa da leitura e do interstício ao projeto, a passagem deste da pauta da Primeira Parte para a pauta da Segunda Parte da Ordem do Dia e que fosse discutido e votado em sessão extraordinária realizada neste dia, logo após esta sessão. Posta em votação, a Questão de Ordem foi aprovada pela plenária. A seguir, o vereador Augusto Santos, na qualidade de segundo vice-presidente da CMB, convocou os demais parlamentares a reunirem-se em sessões extraordinárias, em regime de tantas sessões quantas fossem necessárias, a partir do dia 03/02/2022, neste Salão Plenário, para discutir e votar o projeto de lei de autoria do Executivo Municipal que "Cria o auxílio emergencial e temporário aos permissionários de barracas de praia, ambulantes e demais trabalhadores informais que desenvolvam suas atividades na Ilha de Caratateua, no Distrito de Outeiro, e dá outras providências", constante no Processo nº 001/2022. Posteriormente, foi feita a leitura e votação do requerimento do vereador Bieco solicitando três dias de licença particular, no período de 02 de fevereiro a quatro de fevereiro de 2022, sendo este aprovado por unanimidade. Logo depois, o presidente encerrou a sessão, às nove horas e cinquenta e três minutos. Estavam licenciados os vereadores Bieco e Zeca Pirão. Justificaram suas ausências os vereadores Altair Brandão, Amaury da APPD, Blenda Quaresma, Fábio Souza, Gleisson Silva, John Wayne, João Coelho, Miguel Rodrigues e Moa Moraes. Estiveram presentes os vereadores: Fabrício Gama, Josias Higino, Matheus Cavalcante e Pastora Salete, pelo bloco DEM – Patriota – Cidadania; Emerson Sampaio, Renan Normando, Roni Gás e

Túlio Neves, pelo bloco PP – Podemos – Pros; Neném Albuquerque, pelo MDB; Goleiro Vinícius, Juá Belém e Augusto Santos, pela bancada do Republicanos; Livia Duarte, Fernando Carneiro e Enfermeira Nazaré Lima, pelo PSOL; Pablo Farah, pelo PL; Mauro Freitas, pelo PSDB; Bia Caminha, pelo PT; Allan Pombo, pelo PDT; José Dinelly, pelo PSC; Dona Neves, pelo PSD; Lulu das Comunidades, pelo PTC; Igor Andrade, pelo Solidariedade; Zeca do Barreiro, pelo Avante. Eu, segundo-secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 03 de fevereiro de 2022.



1ª Secretária



Presidente



2º Secretário